

Avaliação Externa das Escolas

Relatório de escola

Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques – Guimarães

Delegação Regional de Norte da IGE

Datas da visita: 05 a 07 de Novembro de 2008

I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um «programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho».

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa) **do Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques** realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada entre **5 e 7 de Novembro de 2008**.

Os capítulos do relatório — Caracterização do Agrupamento, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pelo Agrupamento, será oportunamente disponibilizado no sítio da IGE em:
www.ige.min-edu.pt

Escala de avaliação

Níveis de classificação dos cinco domínios

MUITO BOM – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

BOM – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

SUFICIENTE – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

INSUFICIENTE – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II - CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento Vertical de Escolas D. Afonso Henriques (Agrupamento), constituído em 2001/02, agrega os estabelecimentos de quatro freguesias do concelho de Guimarães. Fazem parte do Agrupamento sete unidades educativas, a saber: JI de Candoso-S.Tiago, EB1/JI de Mascotelos, EB1/JI de Teixugueira-Silvares, EB1/JI do Alto da Bandeira-Creixomil, EB1 de Candoso-S.Tiago, EB1 de Salgueiral-Creixomil e a escola sede EB 2,3 D. Afonso Henriques.

Na Escola sede é patente o insuficiente aquecimento das salas e a exiguidade de espaços cobertos que permitam acolher os alunos em dias de chuva. Os edifícios do 1º ciclo e os JI encontram-se em bom estado de conservação.

A população escolar do Agrupamento é constituída por 1533 discentes, sendo 140 crianças da educação pré-escolar, 573 do 1º ciclo, 323 do 2º ciclo, 443 do 3º ciclo, 27 dos cursos de educação formação (CEF), nível 2-tipo 2 e 27 do curso de educação e formação de adultos (EFA), básico-3.

Dos alunos que frequentam o ensino básico no Agrupamento, 38,4% não possuem computador nem Internet em casa, 25% têm computador mas não têm Internet e 36,6% têm computador e Internet em casa. Os serviços de Acção Social Escolar (ASE) do Agrupamento prestam apoio a 42% dos alunos dos quais 29% são abrangidos pelo escalão A. Frequentam o Agrupamento 18 alunos com Necessidades Educativas Especiais distribuídos pelos vários níveis de ensino nas diferentes escolas.

Quanto às habilitações académicas dos pais/encarregados de educação dos alunos que frequentam o ensino básico, 20,4% possuem o 1º ciclo, 21,8%, o 2º ciclo e, 14,8% o 3º ciclo. A percentagem de pais com o ensino secundário é de 10,4%, com o ensino superior é de 20,2% e 12,4% possuem outras habilitações não discriminadas. Estes elementos da comunidade educativa desenvolvem a sua actividade profissional, predominantemente, nos sectores secundário e terciário.

Dos 150 docentes colocados no Agrupamento, 53,4% pertencem ao Quadro da Escola, 31,3% ao Quadro de Zona Pedagógica e 15,3% são contratados. Em termos de idades, 47% têm até 40 anos, 28,5% estão entre os 40 e os 50 anos, 23,8% estão entre os 50 e os 60 anos e apenas 0,7% têm uma idade superior a 60 anos. Quanto à situação profissional, o corpo docente é estável, com uma média de tempo de serviço entre 15 e 20 anos, e no que respeita ao pessoal não docente, 75% são do quadro e os restantes são contratados.

III - CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

1. RESULTADOS

BOM

As taxas de transição/conclusão obtidas pelo Agrupamento, no período de 2003/04 a 2007/08, tendo evoluído positivamente são, genericamente, superiores às médias nacionais obtidas no mesmo período. Comparando o sucesso pleno alcançado, nos anos de 2006/07 e 2007/08, verifica-se ter aumentado o número de alunos que transitaram de ano com sucesso em todas as disciplinas. Os resultados obtidos nas provas de aferição de Língua Portuguesa e de Matemática dos 4º e 6º anos, realizadas em 2007/08, foram superiores aos resultados nacionais. Todavia, nos exames nacionais do 9º ano, as taxas de sucesso obtidas pelo Agrupamento, nos anos lectivos de 2005/06 a 2007/08, foram, em regra, inferiores aos resultados nacionais.

A ausência de práticas de discriminação negativa contribui para que os alunos se sintam bem nas escolas. O Plano Anual de Actividades proporciona aos alunos variadas oportunidades de participação em actividades de complemento curricular e extra-curricular. No entanto não se evidencia o seu envolvimento na elaboração do Projecto Educativo e do Projecto Curricular. Os alunos revelam respeito pelos outros, espírito de solidariedade e responsabilidade pelo bem-estar e convivência democrática. Existe um código de conduta devidamente difundido e cumprido pelos diversos intervenientes. Apesar de nunca se terem revestido de gravidade tem-se verificado, nos últimos três anos, um decréscimo dos casos de indisciplina. Fruto desta tendência, os alunos são disciplinados e bem comportados não se verificando casos significativos de desvio às regras instituídas. O relacionamento entre discentes, docentes e funcionários

pauta-se pela atenção, colaboração e respeito mútuo, contribuindo para o clima de bom relacionamento existente entre a comunidade escolar.

O Agrupamento, ciente de que as aprendizagens escolares dos alunos e as suas expectativas de desenvolvimento pessoal e académico também são condicionadas pelos níveis socioculturais e económicos diferenciados das respectivas famílias, tem desenvolvido diversas iniciativas para o envolvimento dos pais e encarregados de educação na vida académica dos seus educandos.

O Agrupamento valoriza outros percursos escolares, de que é exemplo a criação de cursos de Educação e Formação e Educação e Formação de Adultos que têm contribuído para a redução do abandono escolar.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

BOM

O Agrupamento desenvolve estratégias de acção facilitadoras da articulação curricular. Rege-se por critérios de natureza pedagógica, designadamente, a formação de equipas educativas, a continuidade dos cargos de Director de Turma e a valorização estratégica dos grupos disciplinares.

Ao nível do acompanhamento da prática lectiva em sala de aula, o planeamento individual na educação pré-escolar e no 1.º ciclo é feito nos conselhos de docentes e nos 2.º e 3.º ciclos ocorre nos respectivos departamentos curriculares. O acompanhamento directo da prática lectiva ainda não foi assumido pelo Agrupamento. A supervisão pedagógica e a monitorização dos resultados académicos são asseguradas pelos coordenadores das diversas estruturas de coordenação e supervisão pedagógica, pela Comissão Provisória e pelo Conselho Pedagógico.

A diferenciação e personalização do ensino são estabelecidas através do atendimento às diferentes capacidades e aptidões dos alunos. Para que o Projecto Curricular de Turma cumpra os seus objectivos, é desenvolvido um trabalho colectivo de análise de cada turma e de cada um dos seus alunos. Os projectos curriculares de turma assumem um papel estruturante na planificação e articulação pedagógicas.

O Agrupamento implementou diversos projectos e clubes temáticos que, pela sua diversidade, alargam os horizontes do conhecimento dos seus alunos. Esta preocupação está patente no Plano Anual de Actividades, pois contempla um conjunto de iniciativas que apontam para o estímulo e a valorização das aprendizagens nas diferentes áreas do currículo, promovendo outros saberes e atitudes.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

BOM

Os documentos da acção do Agrupamento, desde logo, o Plano Anual de Actividades, contêm diversas actividades que operacionalizam as opções estratégicas presentes no Projecto Educativo. Todavia, o Projecto Educativo e o Projecto Curricular do Agrupamento, encontrando-se desactualizados, dificultam a verificação da sua plena coerência com o Plano Anual de Actividades.

A continuidade pedagógica e a manutenção dos directores de turma constituem critérios orientadores para a distribuição do serviço docente. Apesar da escassez de pessoal não docente e da residual formação que lhes é oferecida, o normal funcionamento do Agrupamento não é posto em causa devido ao trabalho empenhado de tais trabalhadores.

As lideranças, de topo e intermédias, apontaram como opção estratégica o aumento da participação dos pais na vida do Agrupamento. Das iniciativas desenvolvidas, com essa finalidade, resultou uma participação que hoje é patente no quotidiano do Agrupamento.

As instalações, espaços e equipamentos da Escola sede, não se apresentam inteiramente adequadas às necessidades dos alunos, apesar do esforço do Agrupamento para reverter a situação. No que diz respeito às TIC, a Escola sede, as EB1 e JI encontram-se apetrechadas com material informático. Existe coerência da gestão financeira com os objectivos do Projecto Educativo, com as linhas orientadoras definidas pelo Conselho Geral Transitório e com o planeamento das actividades. As verbas geradas pelo Agrupamento não são significativas.

A adopção de políticas e medidas de discriminação positiva, bem como o tratamento equitativo e justo constituem traços marcantes da organização e gestão do Agrupamento.

4. LIDERANÇA

BOM

O órgão executivo é aberto, disponível e receptivo aos problemas e propostas que lhe são apresentados. Há algumas dificuldades persistentes, principalmente ao nível das instalações e da escassez de espaços na Escola sede, porém, estão identificados e têm sido encontradas soluções para minorar as suas implicações na acção educativa. O Projecto Educativo definido para o triénio 2005/08 não expressa de forma clara os objectivos, metas e estratégias, mas regista-se uma evolução positiva no sentido de uma maior coerência na definição de prioridades.

Os vários intervenientes conhecem bem a sua acção e sentem-se motivados e empenhados, com excepção de alguns coordenadores de departamento que verbalizaram alguma desmotivação. Existe um bom relacionamento entre os diversos órgãos e estruturas do Agrupamento. O órgão executivo manifesta capacidade de mobilização dos diversos actores. É também de salientar o importante papel exercido pelos coordenadores de Escola do 1º ciclo e da educação pré-escolar numa perspectiva de liderança de proximidade.

De uma maneira geral, os responsáveis do Agrupamento revelam abertura à inovação e capacidade de mobilização de apoios e recursos, assim como de realização de protocolos, parcerias e projectos. Contudo, existem oportunidades no contexto regional e local cujo potencial não tem sido cabalmente aproveitado em termos de melhoria e de divulgação das iniciativas e dos resultados obtidos.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

BOM

A auto-avaliação foi realizada, essencialmente, com base em inquéritos por questionário aos vários membros da comunidade escolar. Após a recolha e o tratamento dos dados, foram elaborados relatórios de Avaliação Interna e os resultados foram discutidos em reuniões de Departamento Curricular, na sequência das quais foram introduzidas melhorias na organização e no funcionamento da Escola. A informação também foi divulgada nos conselhos de turma e está acessível em papel e na Plataforma do Agrupamento. Fruto da metodologia utilizada, o processo de auto-avaliação não foi ampla e activamente participado pela comunidade educativa, no entanto, o processo permitiu aos responsáveis do Agrupamento identificar pontos fortes e fracos e teve um impacto positivo. A situação actual é indefinida quanto ao carácter contínuo e progressivo da auto-avaliação. De um modo geral, os responsáveis do Agrupamento também identificam oportunidades e constrangimentos. Embora o façam mais de uma forma pontual do que numa perspectiva sistemática, o Agrupamento revela condições de sustentabilidade do processo, tendo em conta o empenho e a capacidade de análise e reflexão demonstrados pelos diferentes intervenientes.

IV - AVALIAÇÃO POR FACTOR

1. RESULTADOS

1.1 SUCESSO ACADÉMICO

No período compreendido entre 2003/04 e 2007/08 verificou-se, nos diversos anos de escolaridade dos 2º e 3º ciclos, à excepção do 9º ano, um aumento constante das taxas de transição/conclusão até 2005/06. A diminuição do sucesso, ocorrida em 2006/07, inverteu-se em 2007/08, onde as taxas de transição/conclusão, tendo ultrapassado os valores de 2005/06 foram superiores aos valores nacionais em todos os anos e ciclos de escolaridade.

De realçar que, entre 2003/04 e 2007/08, as taxas de conclusão obtidas em todos os ciclos de escolaridade foram sempre superiores aos correspondentes valores nacionais. O sucesso pleno, obtido em 2007/08 (61,2%), foi superior ao de 2006/07 (52,6%).

Na prova de aferição de Língua Portuguesa do 4º ano, realizada em 2007/08, o sucesso do Agrupamento foi de 94,3%, enquanto que o valor nacional se fixou em 89,5%. Na Matemática o sucesso foi de 97,8% e o nacional foi de 90,8%. Na prova do 6º ano de Língua Portuguesa, o sucesso do Agrupamento (96,2%) foi superior ao nacional (93,4%). Também na Matemática o sucesso do Agrupamento (85,0%) foi superior ao referente nacional (81,8%). Comparando os resultados das provas de aferição com as classificações internas não se verificam significativas diferenças. Nos exames nacionais do 9º ano, referentes a 2007/08, o resultado do Agrupamento na prova de Língua Portuguesa (73,7%) foi inferior ao valor nacional (84,0%). Na prova de Matemática, a classificação obtida pelo Agrupamento (53,7%) foi, também ela, inferior ao valor nacional (57,0%).

As áreas de sucesso incidem nas disciplinas de carácter mais prático e na disciplina de Geografia. O insucesso incide sobretudo nas disciplinas de Inglês, Matemática e de Físico-Química. Os factores explicativos para o insucesso passam, segundo a escola, pelo meio familiar e o reduzido investimento no estudo. Em resultado da implementação de estratégias de combate ao abandono escolar nomeadamente a criação de alternativas de estudo como os CEF e a atenção dos directores de turma, verificaram-se quatro casos em 2007/08.

1.2 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

Embora o Projecto Educativo pretenda constituir-se como uma pedra fundamental do desenvolvimento do Agrupamento não tem conseguido envolver activamente os pais e, sobretudo, inverter a tendência de menor envolvimento destes à medida que os seus educandos se vão aproximando do final do 3º ciclo. Por seu turno, o Plano Anual de Actividades, reflectindo o envolvimento de todas as escolas, departamentos, grupos e professores, proporciona aos alunos dos diversos anos de escolaridade a oferta de variadas actividades extra-curriculares. Embora o Regulamento Interno consagre o direito dos alunos à participação na vida escolar, o Projecto Educativo e o Projecto Curricular de Agrupamento foram elaborados sem o seu envolvimento directo. A sua participação foi mais patente na construção dos projectos curriculares de turma. Não existindo Associação de Estudantes, os directores de turma promovem, em alguns casos, a realização de assembleias de turma. No desenvolvimento da temática explorada na área curricular não disciplinar de Formação Cívica é dado significativo destaque à interdisciplinaridade e à formação para a cidadania. As diversas escolas do Agrupamento, primando pela ausência de práticas discriminatórias de ordem sócio-económica, ou cultural, contribuem para que os alunos se sintam bem nelas. É patente o respeito mútuo entre os diversos elementos da comunidade, o espírito de solidariedade, a responsabilidade pelo bem-estar e a convivência democrática. O ambiente entre alunos, professores e funcionários é o aspecto que mais agrada aos alunos da Escola sede. Os projectos curriculares de turma consagram o registo das potencialidades dos alunos funcionando como um mecanismo de incentivo. O mesmo se verifica no âmbito das actividades do Plano de Acção para a Matemática onde se fomenta o incentivo ao mérito.

1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

No início do ano lectivo é entregue a cada aluno um extracto do Regulamento Interno que contempla os seus direitos e deveres e se consubstancia num código de conduta. Os alunos são disciplinados e bem comportados. Não há registos de casos significativos de desvio às regras nele instituídas. Aliás, nos últimos três anos a tendência é para a diminuição dos casos de indisciplina que nunca se revestiram de gravidade. Porém, quando ocorre uma situação merecedora de reparo, os alunos são conduzidos à Comissão Provisória que, para a resolução de problemas, privilegia a via do diálogo e da confrontação pedagógica com as regras instituídas. Com raras excepções, o relacionamento entre os alunos, docentes e funcionários, pauta-se pelo respeito dos direitos e deveres mútuos contribuindo para o bom ambiente existente na comunidade escolar. Não foram identificadas situações de conflito entre os funcionários e os alunos. No Agrupamento fomenta-se a assiduidade e a pontualidade dos alunos através do envolvimento dos encarregados de educação e da promoção de um maior contacto entre estes e os docentes. Ainda com este

propósito, os critérios de avaliação dos alunos contemplam as dimensões da (in) disciplina, assiduidade e pontualidade. Não se registam dados significativos ao nível da falta de assiduidade ou da pontualidade dos professores ou dos funcionários.

1.4 VALORIZAÇÃO E IMPACTO DAS APRENDIZAGENS

O Agrupamento tem desenvolvido diversas iniciativas para aumentar o envolvimento dos pais e encarregados de educação. Procura também valorizar outros percursos escolares para os seus alunos, de que é exemplo a criação de Cursos de Educação e Formação ligados à Informática e ao Comércio. São disponibilizadas ainda várias actividades que os alunos poderão desenvolver nos tempos sem actividades lectivas. Têm ao seu dispor as salas de estudo e de informática, a Oficina de Informática que, embora de carácter facultativo, se dirige apenas aos alunos do 5º ano, a biblioteca, o Desporto Escolar, Clube de Xadrez, Danças de Salão, Futsal, Aeróbica, Ténis de Mesa, Clube de Música e Sala de Matemática. Estas acções contribuem para a manifesta e clara satisfação da comunidade educativa, nomeadamente dos encarregados de educação, relativamente ao impacto de tais aprendizagens. Apesar de em todas as escolas do 1º ciclo, à excepção da EB1 do Alto da Bandeira, se desenvolver o ensino das ciências e do ensino experimental no âmbito do Programa da Ciência Viva, os alunos do 4º ano não realizam um suficiente número de experiências. Porém, no âmbito das actividades decorrentes da Oficina da Matemática e da Oficina das Ciências, no 3º período de cada ano, os alunos do 4º ano visitam a Escola sede onde participam na realização de experiências contactando directamente com os laboratórios. No âmbito do Plano Nacional da Leitura a biblioteca disponibiliza temporariamente as obras literárias solicitadas pelas diversas escolas do 1º ciclo. As obras a trabalhar, com os alunos, sendo escolhidas nos conselhos de ano, são igualmente disponibilizadas pela biblioteca. As actividades extra-curriculares, nomeadamente as Ciências e o Inglês, constituem motivo de satisfação para os alunos deste ciclo de escolaridade.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

2.1 ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

As coordenações de departamento e de grupo disciplinar desenvolvem, nas reuniões mensais efectuadas e em sintonia com o Conselho Pedagógico, estratégias de coordenação pedagógica facilitadoras da articulação curricular que, no 1º ciclo e na educação pré-escolar, assentam nos conselhos de docentes realizados no início do ano lectivo e no final dos períodos lectivos. O Agrupamento, através dos coordenadores de departamento, dos coordenadores de estabelecimento e dos coordenadores de ano, promove no início do ano lectivo, a sequencialidade entre o 1º e o 2º ciclo. Os docentes do 1º ciclo reúnem mensalmente com os responsáveis pelas Actividades de Enriquecimento Curricular de cada unidade do Agrupamento e, anualmente, os responsáveis por tais actividades reúnem com os coordenadores dos departamentos a elas ligados.

A transição dos alunos do 4.º ano para o 2º ciclo é facilitada através das visitas que fazem à Escola sede do Agrupamento onde, devidamente enquadrados, realizam experiências laboratoriais. De igual modo, e no início do ano lectivo, o docente do 4.º ano reúne com o Conselho de Turma do 5.º ano que irá acolher os seus alunos. Encontra-se institucionalizada a prática de fichas de avaliação diagnóstica monitorizada pelo Conselho Pedagógico e pelos departamentos curriculares. A sequencialidade entre a educação pré-escolar e os subsequentes ciclos é um propósito explícito do Agrupamento. Nos departamentos curriculares e nas reuniões dos grupos disciplinares são discutidas as questões que têm a ver com a articulação curricular e a sequencialidade entre o 2º e o 3º ciclo. De igual modo, as restantes estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, manifestam o seu empenho na promoção de estratégias tendentes a garantir a sequencialidade entre os diversos ciclos de escolaridade. Regendo-se por critérios de natureza pedagógica, o Agrupamento privilegia a formação de equipas educativas, a continuidade dos cargos de Director de Turma e a valorização de estratégias dos grupos disciplinares. Na transição entre ciclos o Director de Turma, em colaboração com o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), assume um papel fulcral no conveniente apoio aos alunos. As reuniões do Conselho de Directores de Turma contam com a participação de um dos elementos do SPO. Este serviço, a partir do 2.º período, com o envolvimento dos encarregados de educação, orienta vocacionalmente os alunos do 9º ano.

2.2 ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LECTIVA EM SALA DE AULA

As planificações a médio/longo prazo são feitas trimestral e anualmente. O planeamento individual, na educação pré-escolar e no 1.º ciclo, faz-se no âmbito das actividades dos conselhos de docentes. Nos 2.º e 3.º ciclos ocorre nos respectivos departamentos curriculares. O acompanhamento e supervisão directa da prática lectiva ainda não foram assumidos pelo Agrupamento. A supervisão pedagógica e a monitorização dos resultados académicos são asseguradas pelos coordenadores das diversas estruturas de coordenação e supervisão pedagógica, em articulação com a Comissão Provisória e o Conselho Pedagógico. Face ao objectivo de monitorizar o cumprimento dos conteúdos programáticos são essenciais os relatórios periódicos e fundamentados de execução das actividades e do cumprimento das planificações curriculares. O Agrupamento procede à análise e confronto dos resultados escolares e académicos dos alunos tendo presente a eventual redefinição de estratégias em função dos resultados obtidos. A diferenciação pedagógica é contemplada em cada um dos projectos curriculares de turma. Tendo em vista a articulação dos docentes de cada grupo/turma em função das características das crianças/alunos são definidas estratégias e procedimentos comuns visando a resolução de problemas persistentes. Nas reuniões intercalares, e de final de período, dos conselhos de turma, procede-se à avaliação dos respectivos projectos curriculares de turma.

2.3 DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

Os processos individuais dos alunos documentam os seus percursos escolares, as situações e os momentos marcantes das suas aprendizagens ao longo dos anos. As necessidades educativas especiais de cada aluno, quando não existe uma sinalização anterior, são identificadas na respectiva turma, cabendo ao Director de Turma encaminhar o caso para a equipa de serviços especializados e de apoio educativo. A diferenciação e personalização do ensino são estabelecidas através do atendimento às diferentes capacidades e aptidões dos alunos. A referência das necessidades educativas de cada criança/aluno inicia-se com um relatório diagnóstico e, em função das suas dificuldades, o Conselho de Turma implementa as necessárias medidas de diferenciação pedagógica. Presentemente, o Serviço de Apoio Educativo apoia quarenta e sete crianças que frequentam o Agrupamento. Todas as escolas do 1º ciclo se encontram abrangidas pelo apoio educativo que, entre outras medidas, poderá passar pela implementação de planos de recuperação elaborados pelo professor titular de turma no 1º ciclo, e pelo Director de Turma, nos 2º e 3º ciclos que, nesta tarefa, conta com a participação do técnico de apoio educativo e o envolvimento do aluno e respectivo encarregado de educação. O acompanhamento do desenvolvimento dos planos de recuperação, de acompanhamento e de desenvolvimento é feito em colaboração com o Conselho de Turma. Além dos relatórios periódicos, são feitos reajustamentos ao longo do ano. No que concerne às taxas de sucesso das medidas implementadas, os resultados têm sido positivos. Para dar resposta aos alunos com necessidades educativas especiais, o Agrupamento estabeleceu protocolos com a Cercigui, Associação de Intervenção de Crianças Inadaptadas de Guimarães e Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral.

2.4 ABRANGÊNCIA DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA APRENDIZAGEM

O Agrupamento, para além da oferta correspondente aos sistemas regulares de educação, implementou diversos projectos e clubes temáticos que, pela sua diversidade, alargam os horizontes do conhecimento dos seus alunos. Coerente com esta preocupação, o Plano Anual de Actividades do Agrupamento integra iniciativas que apontam para o estímulo e a valorização das aprendizagens nas diferentes áreas do currículo promovendo outros saberes e atitudes. Assim, os discentes poderão participar nas diversas actividades de complemento ou enriquecimento curricular: Oficina de Artes, Clubes de Xadrez, Ténis de Mesa, Dança de Salão, Fotografia e de Guitarra. O Programa Ciência Viva é oferecido aos alunos dos 1º e 4º anos. No desenvolvimento de algumas destas actividades é atendida a dimensão artística. Na perspectiva de valorizar novas formas de aprendizagem procura-se adequar o Projecto Curricular de Turma e, através dele, identificar e debelar as dificuldades que vão sendo identificadas. Para tal, existe um trabalho de estudo, da responsabilidade de diversos interlocutores, que assenta na análise da turma e de cada um dos seus alunos. Os docentes, reconhecendo o papel dos projectos curriculares de turma, assumem-no como documento estruturante de planificação e articulação pedagógica. A fim de despertar os alunos para outros

saberes a Escola sede, no final do ano lectivo, promove nos seus espaços actividades experimentais envolvendo os alunos do 1º ciclo.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

3.1 CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

O Projecto Educativo identifica um conjunto de problemas que emergem como preocupações gerais merecedoras da anuência dos diversos membros da comunidade educativa. Para a sua resolução foram enunciadas prioridades que, reflectindo as orientações estratégicas, dão particularidade ao trabalho educativo desenvolvido no Agrupamento. Os documentos orientadores da acção do Agrupamento contêm várias actividades que se articulam e operacionalizam as prioridades e opções estratégicas inscritas no Projecto Educativo. Todavia, a plena coerência entre os diversos documentos de orientação educativa, nomeadamente entre o Projecto Educativo do Agrupamento e o respectivo Plano Anual de Actividades, torna-se difícil de avaliar em virtude de o primeiro se encontrar desactualizado pois terminou a sua vigência no ano lectivo anterior. No que respeita Projecto Curricular do Agrupamento, também ele válido até ao ano lectivo de 2007/2008, continua porém, conforme foi referido por diversos docentes, adequado ao perfil dos alunos que frequentam o Agrupamento.

O planeamento e a atribuição das Áreas de Projecto e Estudo Acompanhado obedecem a estratégias que passam pela utilização das Tecnologias da Informação tendo presente o reforço das aprendizagens da Matemática e da Língua Portuguesa. A Área de Estudo Acompanhado é atribuída, no 9º ano, preferencialmente, a docentes das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, conforme decisão do Conselho Pedagógico. O planeamento das Áreas Curriculares não Curriculares obedece ao desenvolvimento de temas, por ano de escolaridade, sob a responsabilidade dos respectivos coordenadores.

3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Na gestão dos recursos humanos e consequente distribuição de serviço, a Comissão Provisória tem em consideração os critérios que figuram no Projecto Curricular do Agrupamento. Ciente da importância do papel do Director de Turma no acompanhamento e orientação dos alunos, a Comissão Provisória suporta a escolha para o referido cargo na adequação ao perfil para tal aprovado que, entre outros aspectos, passa pela capacidade para lidar com posições diferentes e opostas, ser capaz de promover negociações e acordos entre alunos, pessoal não docente e encarregados de educação. Na afectação do pessoal não docente às diversas funções, a Comissão Provisória embora conheça as suas competências pessoais e profissionais, tem em consideração a opinião do chefe de pessoal que se pronuncia sobre o perfil de cada um dos trabalhadores. A insuficiência de pessoal não docente configura uma dificuldade que é ultrapassada pelo seu esforço e empenho.

Embora aos professores tenha sido disponibilizada formação, nomeadamente no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação, a oferta de formação aos Auxiliares de Acção Educativa além de residual, não é inteiramente vocacionada, salvo raras excepções, para as suas reais necessidades. Os professores colocados pela primeira vez no Agrupamento, designadamente na Escola sede, são acolhidos em sede de departamento e integrados pelos respectivos coordenadores. A dimensão da educação cívica é valorizada na acção dos Auxiliares da Acção Educativa

Apesar do reduzido número de funcionários, os Serviços de Administração Escolar não têm colocado em crise a capacidade de resposta às necessidades do Agrupamento.

3.3 GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

Os exteriores dos edifícios da Escola sede apresentam-se em bom estado de conservação. Porém, os espaços interiores, que acusam o peso dos anos, carecem de uma ampla intervenção e de adequado aquecimento. Refira-se a exiguidade de áreas cobertas que permitam o recreio dos alunos em tempo de chuva. O laboratório de Físico-Química encontra-se adequadamente equipado. Pese embora o esforço do

Agrupamento em melhorar a qualidade das instalações, nomeadamente das salas de aula, os desdobramentos que deveriam fazer-se no bloco de noventa minutos são feitos nos tempos de quarenta e cinco minutos. Esta opção poderá concorrer para que, algumas das componentes do currículo das disciplinas de Físico-Química e de Ciências Naturais, não sejam devidamente desenvolvidas. Assim, as instalações, espaços e equipamentos não se apresentam inteiramente adequados às necessidades do Agrupamento. A Escola sede possui um Pavilhão Gimnodesportivo construído pela Autarquia que se apresenta em bom estado de conservação. No que concerne à prática da Educação Física nas diversas unidades do Agrupamento a realidade é bem diferente. De um modo geral, não existem espaços próprios para o efeito e, nenhuma delas possui balneários. No que diz respeito às tecnologias de informação e comunicação, a Escola sede encontra-se devidamente apetrechada. De salientar que todas as escolas do 1º ciclo e Jardins-de-infância do Agrupamento se encontram apetrechados com material informático. A biblioteca é um espaço bem equipado e organizado e os seus utilizadores usam-na de forma cuidada.

A angariação de receitas próprias cinge-se às obtidas pelo Bufete, pela Reprografia e pelo contrato firmado com uma empresa para a instalação de uma máquina de venda de produtos alimentares. Existe coerência da gestão financeira com os objectivos do Projecto Educativo, com as linhas orientadoras definidas pelo Conselho Geral Transitório e com o planeamento das actividades. Aponta-se, sobretudo, para a aquisição de material didáctico, novas tecnologias e biblioteca.

3.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

O Agrupamento preocupa-se em incentivar a participação e o envolvimento dos pais/encarregados de educação. Nessa perspectiva, tendo em vista a melhoria dos serviços prestados são-lhes pedidas sugestões. Fruto da dinâmica promovida, a participação dos pais/encarregados de educação tem vindo a aumentar. Estes consideram excelente a interacção existente entre eles e a escola. Na educação pré-escolar e no 1º ciclo foi realçada a relação de proximidade, a abertura à comunidade e a consequente participação em actividades desenvolvidas pela Escola. Posição idêntica foi manifestada pela Associação de Pais e Encarregados de Educação que, além de salientarem a actuação dos directores de turma e o grande empenho do corpo docente em geral, cujas actuações se pautam pelo princípio da equidade, enfatizaram a facilidade de comunicação e as boas relações existentes entre a Associação e a Comissão Provisória. De realçar as diversas palestras que no ano lectivo anterior se realizaram promovidas pelo Agrupamento. No início do ano lectivo, nas reuniões com os directores de turma, é-lhes fornecida documentação sobre a vida da escola e as ofertas educativas disponibilizadas aos seus educandos. Estes documentos, explicativos da vida da escola, dão-lhes o necessário conhecimento sobre a organização e o processo de aprendizagem dos seus educandos. De salientar que os directores de turma, quando solicitados atendem os encarregados de educação nas horas que, para estes, lhes sejam mais favoráveis.

3.5 EQUIDADE E JUSTIÇA

Neste âmbito, releva o posicionamento unânime dos alunos ao afirmarem que a Comissão Provisória e os professores não tomam medidas discriminatórias e que as suas actuações se pautam pelos princípios de equidade e justiça. No sentido de promover a igualdade de oportunidades o Agrupamento definiu critérios equitativos para a constituição das turmas e elaboração dos horários. Assim, não há turmas especiais constituídas com base no estrato social e económico de pertença e os horários das turmas não favorecem sectores determinados de alunos. A publicitação de toda a informação necessária induz essa igualdade de oportunidades. O Serviço de Psicologia e Orientação acompanha as situações detectadas pelos docentes e, além do apoio que presta aos alunos da Escola sede, calendarizou as visitas às escolas do 1º ciclo que integram o Agrupamento. Manifestam ainda a disponibilidade para, sempre que necessário, atender os encarregados de educação. A actuação dos responsáveis em função dos princípios de equidade e justiça é um trabalho que implica a mobilização, nomeadamente, da Comissão Provisória, do Serviço de Psicologia e Orientação, dos directores de turma, dos professores titulares das turmas e dos auxiliares de acção educativa.

4. LIDERANÇA

4.1 VISÃO E ESTRATÉGIA

A actual presidente da Comissão Provisória pertence ao órgão executivo desde 2004/05, primeiro como vice-presidente (até Dezembro de 2006) e, desde então, como presidente. Embora os documentos orientadores, nomeadamente o Projecto Educativo do triénio 2005-2008, não revelem uma visão do Agrupamento, em termos de médio e longo prazo, e não definam de forma clara, hierarquizada e calendarizada os objectivos, metas e estratégias, a entrevista com os membros da Comissão Provisória e a análise de alguns documentos elaborados no corrente ano lectivo pelos responsáveis do Agrupamento mostram uma evolução positiva nesse sentido e uma maior coerência quanto à definição de prioridades e acções concretas para a fazer face às necessidades e aos problemas do Agrupamento.

Com a recente criação de cursos de Educação e Formação e de Educação e Formação de Adultos, o Agrupamento diversificou e adequou a oferta educativa às características do meio local, revelando igualmente uma estratégia de prevenção do abandono escolar e de qualificação da população adulta. Embora não tenham sido identificadas acções e medidas intencionalmente orientadas para o reconhecimento interno e externo de áreas de excelência do Agrupamento, constata-se que as escolas que o compõem são reconhecidas e procuradas pela qualidade do serviço educativo que prestam. Através da sua política de abertura, o Agrupamento criou uma imagem que se reflecte no exterior. Em consequência desta dinâmica, que tem a ver com a actuação dos diversos órgãos de gestão, os pais começaram a identificar-se muito mais com a escola. Tudo isto, de acordo com o Conselho Geral Transitório, contribuiu para uma melhoria da imagem no exterior.

4.2 MOTIVAÇÃO E EMPENHO

Apesar do carácter provisório e transitório dos principais órgãos do Agrupamento, nomeadamente a Comissão Provisória e o Conselho Geral Transitório, ficou patente que conhecem bem a sua acção e se sentem motivados e empenhados. No entanto, alguns coordenadores de departamento verbalizaram a sua desmotivação pelo facto de exercerem o cargo apenas porque são obrigados, referindo igualmente que não definem metas e estratégias de médio prazo e que apenas fazem a gestão do corrente ano lectivo. Foi referido em vários painéis o bom relacionamento existente entre os diversos órgãos e estruturas do Agrupamento, no respeito pelos princípios da subsidiariedade e da complementaridade de funções e responsabilidades. Foi também salientado que o órgão executivo se mostra aberto, disponível e receptivo aos problemas e necessidades e às propostas que lhes são apresentados pelos diversos membros da comunidade escolar. As relações que a Comissão Provisória estabelece com as diversas escolas pertencentes ao Agrupamento, nomeadamente em termos de equidade de tratamento, foram referidas como um factor de mobilização e motivação do pessoal que nelas presta serviço. É ainda de salientar o papel exercido pelos coordenadores de estabelecimento do 1º ciclo e educação pré-escolar, no que concerne, por exemplo, à relação com os pais e encarregados de educação e com as autarquias e outras entidades locais, e aos cuidados com a qualidade dos espaços educativos e o bem-estar dos alunos, revelando também a este nível a importância destas lideranças de proximidade no bom funcionamento do Agrupamento.

4.3 ABERTURA À INOVAÇÃO

Os responsáveis do Agrupamento revelam abertura à inovação e capacidade de mobilização de apoios e recursos, embora existam no contexto regional e local, empresas, instituições e serviços de âmbito social, cultural, artístico, desportivo, etc., cujo potencial não tem sido suficientemente aproveitado para tornar essa inovação mais consistente. Há alguns problemas persistentes no Agrupamento, principalmente ao nível das instalações e da escassez de espaços na Escola sede, porém, estão identificados pelos responsáveis do Agrupamento e estes têm encontrado soluções para minorar as suas implicações na acção educativa. O Agrupamento promove iniciativas inovadoras com repercussão nas aprendizagens dos seus alunos tais

como, a Oficina de Arqueologia, Visitas de Estudo, Palestras sobre diversos temas e as actividades desenvolvidas no Centro Cultural Vila Flor sediado em Guimarães.

4.4 PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJECTOS

Existem diversos protocolos, parcerias e projectos com entidades regionais e locais, como a Câmara Municipal, Universidade do Minho, Juntas de Freguesia, Casa do Povo, Centro de Saúde, Hospital, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Rede Social, Centro Cultural Vila Flor, Rede de Bibliotecas Escolares dos concelhos de Guimarães e Vizela, e Associações que intervêm em domínios ligados à intervenção precoce, ao apoio a crianças com necessidades educativas especiais e à transição para a vida activa. É de referir, ainda, a abertura e capacidade reveladas pelos responsáveis do Agrupamento para aproveitarem as oportunidades propiciadas por concursos e projectos, de âmbito local, regional e nacional, nos quais as escolas do ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos) e os jardins-de-infância têm participado e obtido vários prémios. As ligações e articulações com outras escolas são escassas, mas existe uma colaboração com a Universidade do Minho, no âmbito do protocolo para o desenvolvimento de estágios dos cursos de Mestrado em “Educação Pré-Escolar e Ensino” e do Projecto “Percursos Escolares na Adolescência”. Apesar da quantidade e diversidade de protocolos, parcerias e projectos, não existe ainda uma estratégia para os tornar mais activos e consistentes, assim como para divulgar as iniciativas e os resultados obtidos.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

5.1 AUTO-AVALIAÇÃO

A actual equipa de auto-avaliação é composta por cinco docentes, pertencentes a diferentes níveis de ensino, tendo sido indicados pelo órgão de gestão. Nos dois últimos anos lectivos, esta equipa recolheu muita informação, através do inquérito por questionário, em articulação e com indicações do órgão executivo. O questionário foi administrado aos vários membros da comunidade escolar (pais e encarregados de educação, alunos, pessoal docente e não docente e docentes detentores de cargos, designadamente Direcção de Turma, Conselho da Educação Pré-Escolar, Conselho de Ciclo, Conselho de Ano, Conselho de Departamento Curricular (2º e 3º Ciclos). No caso dos alunos e dos pais e encarregados de educação, envolveu uma amostra de 30% e nos restantes casos correspondeu ao universo. Para a realização do trabalho, a equipa reuniu-se semanalmente. Após a recolha e o tratamento dos dados, foram elaborados relatórios de Avaliação Interna e os resultados foram discutidos em reuniões de departamento, na sequência das quais foram introduzidas melhorias na organização e no funcionamento da escola. De salientar que a Comissão Provisória atendeu a algumas das questões referidas. A informação também foi divulgada nos Conselhos de Turma e está acessível em papel e na Plataforma do Agrupamento. A metodologia adoptada conduziu à identificação de pontos fortes e fracos e teve um impacto positivo, todavia, o processo não foi ampla e activamente participado pela comunidade educativa, desde a fase de concepção até à definição de planos de acção e melhoria. Os elementos da equipa de auto-avaliação afirmam que o seu trabalho chegou ao fim e que não sabem nada quanto ao futuro, pois até ao momento não lhes foi dito nada pelo órgão executivo. Esta situação levanta dúvidas quanto ao carácter contínuo e progressivo da auto-avaliação, tendo em vista o seu aperfeiçoamento e consolidação.

5.2 SUSTENTABILIDADE DO PROGRESSO

Os responsáveis do Agrupamento conhecem os pontos fortes e fracos e definem e implementam acções de melhoria e de superação ou diminuição das dificuldades. Também identificam constrangimentos e oportunidades que possam dificultar ou ajudar a alcançar os objectivos, embora o façam de forma pontual e não numa perspectiva integrada e estratégica, tendo em vista o aproveitamento das oportunidades e a superação e/ou minimização dos constrangimentos. Apesar disso, o Agrupamento revela condições de sustentabilidade do processo, em termos de auto-regulação e melhoria, tendo em conta, de uma maneira geral, o empenho e a capacidade de análise e reflexão demonstrados pelos diferentes intervenientes sobre os problemas e necessidades do Agrupamento.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos do **Agrupamento Vertical de Escolas D. Afonso Henriques** (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam o Agrupamento e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria. Entende-se aqui por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; por ponto fraco: atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos; por oportunidade: condição ou possibilidade externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos; por constrangimento: condição ou possibilidade externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos. Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- A melhoria das taxas de transição/conclusão nos últimos anos.
- O bom ambiente e relacionamento entre todos os elementos da comunidade escolar.
- O empenho, a dedicação e o sentido de pertença da comunidade escolar.
- Os princípios de equidade e justiça vivenciados no Agrupamento.
- A capacidade de análise e reflexão demonstradas sobre os problemas e necessidades do Agrupamento.
- O incentivo à participação dos pais na vida do Agrupamento, com resultados positivos.

Pontos fracos

- Os resultados dos exames do 9º ano inferiores aos referentes nacionais.
- As fragilidades no acompanhamento/supervisão da prática lectiva.
- A residual oferta de formação aos Auxiliares de Acção Educativa.
- O incipiente aproveitamento das potencialidades do contexto onde se insere o Agrupamento, em termos de recursos, protocolos, parcerias e projectos. -
- A débil participação da comunidade educativa no processo de auto-avaliação.

Oportunidades

- A quantidade e diversidade de serviços e instituições locais, de âmbito social e cultural, de empresas e de outros recursos da comunidade podem ser uma mais-valia para o Agrupamento, se as relações com essas entidades forem aprofundadas em torno de objectivos comuns.

Constrangimentos

- A exiguidade, degradação e falta de conforto de alguns dos espaços da EB2,3 e a insuficiência de espaços cobertos no 1º ciclo poderão condicionar a qualidade das aprendizagens proporcionadas aos alunos.

A Equipa de Avaliação Externa: José Manuel de Carvalho Ramos, João Alberto Carvalho Miranda, Fernando Ilídio Silva Ferreira.